

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LAÍS MACEDO ANJO

**Formas de reprodução camponesa no nordeste paraense: um estudo sobre a
influência da Biopalma nas comunidades São Judas e Cravo (PA)**

SÃO PAULO

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LAÍS MACEDO ANJO

**FORMAS DE REPRODUÇÃO CAMONESA NO NORDESTE PARAENSE: UM
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DA BIOPALMA NAS COMUNIDADES SÃO
JUDAS E CRAVO (PA)**

**Trabalho de Graduação Individual apresentado no
departamento de geografia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.**

Área de concentração: Geografia Agrária

Orientadora: Valéria de Marcos

SÃO PAULO

2018

ANJO, Laís Macedo.

Formas de Reprodução Camponesa no Nordeste Paraense: um estudo sobre a influencia da Biopalma nas comunidades São Judas e Cravo (PA) / Laís Macedo Anjo

Orientadora: Valéria de Marcos

Trabalho de Graduação Individual- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2018.

1. Amazônia - 2. Campesinato - 3. Comunidades Quilombolas - 4. Dendê

5. Territorialização

ANJO, Laís Macedo. **Formas de Reprodução Camponesa no Nordeste Paraense: um estudo sobre a influencia da Biopalma nas comunidades São Judas e Cravo (PA)**. TGI (Trabalho de Graduação Individual) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Valéria de Marco

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dra. Larissa Mies Bombardi

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. MSc. Rosiete Santana

Instituição: Secretaria de educação do

Pará

Julgamento: _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Valéria de Marcos, que é uma inspiração para mim, por ser uma mulher forte que luta pelo o que acredita. Obrigada por me ensinar e mostrar os caminhos da pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Gilberto e Celeste, meus irmãos Tatiane e Guilherme e meus avós Odila e Oswaldo, por sempre me apoiarem, me encorajando a seguir meus sonhos.

À Lady Silveira, por embarcar comigo nessa “jornada geográfica” e sempre me apoiar nos momentos mais difíceis. À Amanda Pelizer, que durante o período da graduação pudemos compartilhar momentos importantes.

Aos companheiros de geografia: Renan Meireles, Francine Sousa, Camila Cunha, Olívia Campos, Jéssica Rafaela, Jéssica Cristina, Beatriz Miyazato, pelos momentos divertidos e outros nem tanto, que passamos durante a graduação.

Agradeço aos professores do Projeto PROCAD/ Casadinho USP/UFPa: Prof. Dra. Cristina Senna, Prof. Dra. Goretti Tavares e o Prof. Dr. Sérgio Moraes, que contribuíram para que essa pesquisa pudesse ser desenvolvida. Aos professores: Professor Doutor Fabiano Bringel e Professora Doutora Cátia Macedo da Universidade Estadual do Para (UFPa), que deram suporte me orientando e auxiliando durante o período que estive no Pará. A Rosiete Santana, da Secretaria de Educação do Pará, que, com muito carinho me auxiliou no Pará e em São Paulo, quando precisei de sua ajuda para materiais que viabilizassem a realização do trabalho.

Ao Professor MSc. Rafael Benevides, que me auxiliou durante a realização do trabalho de campo nas comunidades estudadas.

Aos entrevistados nas comunidades de Bujarú e Concórdia do Pará, em especial para dona Maria e dona Andreza, da comunidade quilombola Vila do Cravo, por me acolherem em suas casas e me mostrarem como é a vida no campo e a todos que colaboraram para que esse trabalho pudesse ser concretizado.

RESUMO

A partir de 1060 a Amazônia passou por um processo de territorialização do capital, em que ocorreram incentivos fiscais para que a região fosse “ocupada”, nesse processo empresas estatais e de capital privado se instalaram na Amazônia. É nessa conjuntura que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vai para a Amazônia e começa a explorar os recursos minerais existentes na região. A empresa cresce e começa a investir em outros ramos, assim começa atuar com a produção de dendê no Pará. Tudo isso, gera, na Amazônia, um processo de expropriação das populações tradicionais que viviam lá. É nesse cenário que moradores das comunidades quilombolas de São Judas e Vila do Cravo, localizadas, respectivamente, nos municípios de Bujaru e Concordia do Pará, nordeste paraense, se viram ameaçados, pois a Biopalma, empresa do grupo CVRD causa danos enormes para essas comunidades, uma vez que ela arrenda suas terras, jogar seus resíduos nos igarapés, que são fundamentais para a dinâmica dos moradores das comunidades além de outras ações. Contudo, os moradores dessas comunidades lutam e criam mecanismos de se manter no campo mesmo com a presença e a pressão da Biopalma.

Palavras-Chave: Amazônia; Campesinato; Comunidades Quilombolas; Dendê e Territorialização

ABSTRACT

From 1060 the Amazon went through a process of territorialization of the capital, in which tax incentives occurred so that the region was "occupied", in that process state and private capital companies settled in the Amazon. It is at this juncture that Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) goes to the Amazon and begins to explore the mineral resources existing in the region. The company grows and starts to invest in other branches, so it starts to work with palm oil production in Pará. All this, generates, in the Amazon, a process of expropriation of the traditional populations that lived there. It is in this scenario that residents of the quilombola communities of São Judas and Vila do Cravo, located respectively in the municipalities of Bujaru and Concordia do Pará, in the northeastern region of Pará, have been threatened, as Biopalma, a company of the CVRD group, causes enormous damage to these communities, once it leases its land, throw its waste in the igarapés, which are fundamental to the dynamics of the residents of the communities besides other actions. However, the residents of these communities struggle and create mechanisms to remain in the field even with the presence and pressure of Biopalma.

Keywords: Amazônia; Peasantry; Quilombola Communities; Dendê and Territorialisation

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Quadro dos Principais Elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 – 1988)	17
FIGURA 2: Gráfico Brasil – Mortos em Conflitos no Campo - 1964 – 2006	20
FIGURA 3: Localização da Biopalma no Pará	27
FIGURA 4: Ramal da comunidade Vila do Cravo	34
FIGURA 5: Foto do Ramal na comunidade São Judas	35
FIGURA 6: zona Guajarina	36
FIGURA 7: Foto da Dona Isolina, moradora mais idosa da comunidade de São Judas	38
FIGURA 8: Foto da casa de farinha com a família trabalhando	40
FIGURA 9: Foto do forno e peneira da casa de farinha	40
FIGURA 10: Foto: Mandioca já moída	41
FIGURA 11: Queimada da roça na comunidade de São Judas	41
FIGURA 12: Solo após queimada (comunidade São Judas)	42
FIGURA 13: Plantação da maniva (mandioca) após a realização da coivara	42
FIGURA 14: Igreja da comunidade Vila do Cravo	46
FIGURA 15: Polo de dendê no Estado do Pará	50
FIGURA 16: Edson, morador de Vila do Cravo e ex-funcionário da Biopalma	55

FIGURA 17: Crianças tomando banho no Igarapé Cravo não contaminado	57
FIGURA 18: Igarapé Cravo na comunidade quilombola Vila do Cravo	57
FIGURA 19: Igarapé Cravo na comunidade quilombola São Judas	58

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ARQUIOB	Associação Remanescente de Quilombos
ARQUITEC	Associação Remanescente de Quilombos
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BB	Banco do Brasil
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
INCRA	Instituído de Colonização e Reforma Agrária
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF-ECO	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Formação Territorial da Amazônia	12
1.1 Contexto histórico e Processo de modernização do campo	12
1.2 Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e suas ações na Amazônia	28
CAPÍTULO 2: Terra de Preto: Comunidades Quilombolas no Nordeste Paraense	25
2.1 Surgimento dos quilombos	25
2.2 O processo de ocupação na região Guajariana	28
2.3 Modo de Vida nas comunidades São Judas e Vila do Cravo	30
2.4 A religiosidade nas comunidades São Judas e Vila do Cravo	40
CAPÍTULO 3: Terra de negócio em terras tradicionalmente ocupadas	45
3.1 A produção de dendê no Pará e o nascimento da Biovale/Biopalma	45
3.2 Formas de resistência ao avanço do Capital nas comunidades São Judas e Vila do Cravo	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56

INTRODUÇÃO

O campo brasileiro sempre foi palco de disputas territoriais em que as populações tradicionais, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, muitas vezes perderam seu espaço, pois agentes externos, economicamente e politicamente mais fortes os expropriam. Essas expropriações ocorriam, e ocorrem ainda, de forma violenta.

As disputas territoriais e luta pela terra sempre existiram na Amazônia, mas começaram a ganhar maior espaço no Pará, região em que a pesquisa foi realizada, a partir da ditadura militar, momento em que, segundo SCHMINK e WOOD (2012), a Amazônia foi aberta para a modernização.

Com isso, as comunidades tradicionais, para permanecer no campo e sobreviver a esse cenário buscam diferentes formas de se reproduzir. Elas, em si, já carregam, em seu bojo, formas de se reproduzir que vão além daquelas inerentes à reprodução existente no modo de produção capitalista, pois há nele elementos que o faz ser único. Segundo OLIVEIRA (2007), ele está inserido no capitalismo, mas não é capitalista, pois diferente do modo de produção capitalista, no campesinato o camponês não vende sua força de trabalho ele utiliza força de trabalho familiar e tudo o que produz é para o seu consumo. A relação que ele tem com a terra também é diferente, é nela que ele vive e é dela que vem o seu alimento, o camponês a respeita, respeita o seu ciclo natural. Com isso, há um choque de interesses, pois de um lado existem as empresas capitalistas que querem impor suas vontades sobre os camponeses e do outro há esses que lutam para permanecer no seu lugar de origem, o lugar ao qual pertencem, e continuarem com o seu modo de vida.

Diante disso, a pesquisa em questão, se propôs a estudar a reprodução camponesa, ou seja, diante dessas mudanças eles criam novos mecanismos que os permitem permanecer no

campo e continuar a desenvolver suas atividades e tradições. Para isso, a pesquisa foi dividida em três capítulos.

O capítulo I “*Formação Territorial da Amazônia*” foi dividido em duas partes/tópicos: a primeira se propôs a desenvolver o contexto histórico, ou seja, o que levou a Amazônia, e posteriormente a Amazônia paraense, a sofrer o processo de modernização e como ele foi realizado. Ele retrata o processo de modernização do campo, ou seja, quais foram os agentes facilitadores desse processo e quais mudanças ocorreram no campo amazônico. Após esse panorama o segundo tópico tenta expor os motivos que levaram a Companhia Vale do Rio Doce a se instalar na Amazônia e por onde ela começou. Após ter exposto esse cenário, o capítulo encerra-se com as ações de tal empresa no campo amazônico e, principalmente, o paraense.

O capítulo II “*Terra de Preto: Comunidades Quilombolas no Nordeste Paraense*” o primeiro tópico busca tratar do surgimento dos quilombos, dando um panorama geral sobre a formação e definição desse conceito, pois São Judas e Vila do Cravo, localizadas no nordeste paraense, são comunidades quilombolas e, como tal, carregam histórias de lutas, resistências e conquistas. O segundo tem relação com o processo de ocupação da região estudada. O terceiro é um estudo sobre o modo de vida dessas comunidades, suas práticas, modo de produção e cultura e, por fim, o quarto tópico fala sobre as práticas religiosas das comunidades.

O capítulo III “*Terra de negócio em terras tradicionalmente ocupadas*” tentou elucidar a maneira como as comunidades resistem a toda essa modernização do campo e a presença da Biovale. Dividido em dois tópicos o capítulo três, num primeiro momento, mostra como surgiu a Biovale/Biopalma, que fazem parte do grupo Vale e em seguida, no segundo

tópico é estudado a forma como as comunidades se recriam e permanecem no campo, ou seja, como elas lutam para permanecerem nesse novo contexto do campo paraense.

A pesquisa foi realizada através de pesquisas na Bibliografia Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e, sobretudo com a participação, em Janeiro de 2015, no PROCAD/Casadinho, onde foi realizado um trabalho de campo, que teve duração de um mês, no Pará. Lá ocorreram pesquisas bibliográficas nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Museu Emilio Goeldi, participação na disciplina “*Conhecimentos tradicionais e transformações socioambientais*”, oferecida pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e ministrada pelo Professor Dr. Sergio Cardoso de Moraes. Trabalhos de campo em comunidades tradicionais em Quatipuru, Vigia, Concórdia do Pará e Bujaru.

O trabalho de campo proporcionou um melhor conhecimento sobre a área de estudo, pois além de realizar campo nas comunidades estudadas, ocorreu contato com outras comunidades, o que permitiu uma melhor compreensão da organização das comunidades tradicionais, ou seja, dos camponeses, dos ribeirinhos, dos caranguejeiros e dos quilombolas.

I FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

1.1 Contexto histórico e Processo de modernização do campo

Na década de 1950, com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Brasil passou a abrir sua economia para o mercado externo. Segundo Ianni (1981, p.33), ele criou as “condições práticas e ideológicas para que as “forças do mercado” pudessem se desenvolver amplamente, com o predomínio da “livre empresa”. Havia, em seu mandato, o chamado Plano de Metas, o qual para Fausto, (2002, p.425) “abrangeia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta síntese”. A sua campanha tinha como slogan a frase: “cinquenta anos em cinco”, ou seja, queria realizar um ‘milagre econômico’ no Brasil em cinco anos de mandato e, um dos caminhos seria abrir o país para o capital estrangeiro. Seu governo, de acordo com Fausto (2002, p.426)

sintetiza uma política econômica que tratava combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto o governo JK prenunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964.

Em seu governo o Brasil passou por um processo de modernização, o qual incluía o campo e, tinha como objetivo modernizar o país, principalmente a região Norte. De fato, o governo levou indústrias para o campo, mas esse processo só avançou na região Norte com a ditadura militar, que deu continuidade aos projetos de JK, após os breves governos de Jânio Quadros e João Goulart.

Durante o período da ditadura militar, segundo Muller (1989, p.17) surgiram no campo,

novas agroindústrias, de grande porte, ligadas ao exigente mercado internacional. O caráter artesanal manufatureiro de muitas delas cedeu, rapidamente, lugar ao predomínio da forma predominantemente atrasada de produzir para outra, que cada vez mais consome insumos industriais.

A terra se tornou mercadoria, ou seja, passou a ter valor de mercado. O que se via eram empresas de capitais privados, e até mesmo estatais, num processo de monopolização do campo. A Amazônia, em especial, foi a ‘menina dos olhos’ dos militares, pois essa região, vista por eles como atrasada, foi onde ocorreu diversas estratégia de ocupação, para que tais objetivos fossem alcançados.

Segundo Gonçalves (2012), na Amazônia se estabeleceu uma estrutura agrária moderna, resultado da chamada “modernização conservadora”. Esse processo se intensificou com a ditadura militar, que teve como um de seus propósitos, segundo Carvalho (2005), “colonizar a Amazônia” e “abri-la para os empreendedores”. A ditadura tinha o objetivo de levar o chamado “progresso” para a região. Esse movimento se deu devido ao seu processo histórico, que teve, desde a colonização, marcas de exploração de recursos naturais e expropriação das comunidades existente lá.

O quadro (figura 1) a seguir, retirado do livro “Amazônia”, de Becker (1990) nos mostra os principais projetos que auxiliaram o governo no processo de monopolização do campo. Tais projetos tiveram seu início antes da ditadura, mas foi nela que a maior parte deles surgiu.

Quadro: Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 – 1988)

Ano	Programas, projetos e órgãos executores	Objetivos
1953	SPVEA – Superintendência do plano de valorização Econômica da Amazônia/ Presidência da Republica	Elaborar planejamento quinquenais para valorização econômica da Amazônia

1958	Rodovia Belém- Brasília (BR-010) / Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país
1960	Rodovia Cuiabá – Porto velho (BR-364) Ministério dos Transportes	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia
1966	Sudam: Superintendência do desenvolvimento da Amazônia/ Ministério do Interior	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais
1967	Suframa – Superintendência da zona franca de Manaus/ Ministério do Interior	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante de criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia/ Ministério das Minas e Energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético
1968	Incentivos fiscais/ Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam
1970	Proterra – Programa de Redistribuição de terras e estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	Promover a capitalização rural
1970	Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Interior	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra
1974	Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia / Min. Int., Agric. E Trasp.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins GEBAM – Grupo executivo para a Região do Baixo Amazonas SGCSN/PR	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos
1980	PGC – Programa Grande Carajás Seplan/PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região
1981	Polonoroeste Ministério da Agricultura, Transporte e Interior	Pavimentar a BR-134; promover a colonização
1985	PCN – Projeto Calha Norte SGCSN/PR	Oficialmente, assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir índios

1987	Projeto 2010 Ministério de Minas e Energia Eletronorte	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região
1988	Programa Nossa Natureza Ministério do Interior, AS-DEN/PR	Oficialmente, rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia

Figura 1: Quadro: Principais Elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 – 1988)

Fonte: Bertha K. e Ivaldo Lima, in Amazônia, 1990, p.16 -17

Pode-se notar que os programas citados formam um conjunto de facilitadores para a entrada de capital no campo, como a construção de estradas, os incentivos fiscais, os programas e planos que envolviam a demarcação de terra. Os elementos da “estratégia de ocupação da Amazônia”, além de promover o monopólio de terra para as empresas, evitava rebeliões camponesas e reprimir a população local, uma vez que seus interesses estão voltados para entrada de capital na Amazônia.

Para Raffestin (1980, p.144), território é “[...] o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço”. Visando acontecimentos na Amazônia e, tendo como ponto de partida a definição de Raffestin, pode se dizer que a partir dos anos 1960 acelerou-se o processo de territorialização do capital na Amazônia.

Isso remete à formação do território Amazônico, que é moldado a partir de dois processos, que para Gonçalves (2012, p.79) foram, num primeiro momento, organizado de acordo com a dinâmica “rio – várzea – floresta” e num segundo pela “estrada – terra firme – subsolo”. Para o autor

Cada um desses padrões foi sendo criado ao longo da formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo e é a materialização, na Amazônia, dos conflitos de interesse entre diferentes segmentos e classes

sociais que, estando ou não localizadas na região, imprimiram suas marcas (grafias) e essa terra (geo), geografando-a (GONÇALVES, 2012, p.79).

Os conflitos de interesses ditos por Gonçalves se ligam a situação das populações tradicionais, que foi se agravando, pois, a crescente concentração de terras, a partir do aumento de latifúndios, veio acompanhada de expropriações de camponeses e indígenas, conseqüentemente, ocorreu o aumento da violência e dos conflitos no campo (figura 2), o que fez com que agravasse os problemas de cunho social. “A partir de 1972 é na Amazônia (composta por todos os estados da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso) que se concentra o maior número de assassinatos no campo [...]” (Oliveira, 2007, p.136).

BRASIL – MORTOS EM CONFLITOS NO CAMPO – 1964 – 2006

(Nº TOTAL/ PARTICIPAÇÃO REGIONAL)

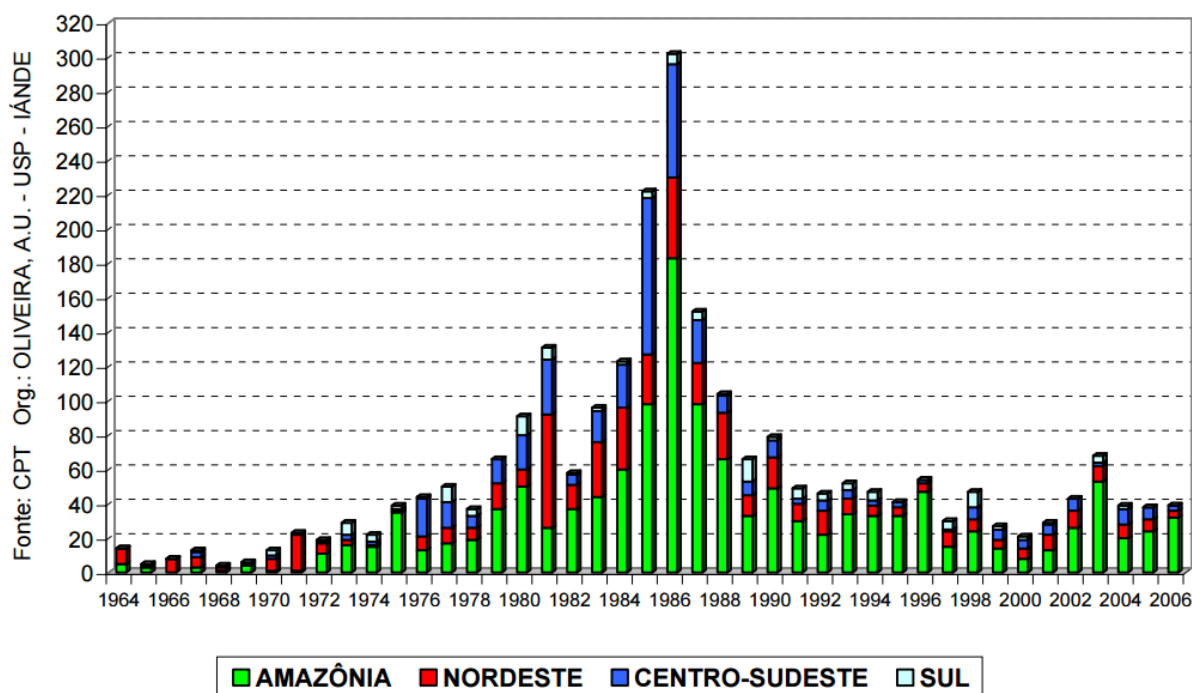


Figura 2: BRASIL – MORTOS EM CONFLITOS NO CAMPO – 1964 – 2006

Fonte: “Modo Capitalista de produção, agricultura e reforma agrária” (2007, p. 136)

Percebe-se que a territorialização da Amazônia, principalmente após, 1960, foi um processo violento, em que de um lado há o interesse em modernizar e promover a territorialização do capital com a construção de rodovias, por exemplo, e do outro há populações tradicionais que são expropriadas, mas tentam resistir a isso.

Para facilitar a entrada dos investimentos, o governo Militar construiu rodovias, como a Belém – Brasília, ligando o Distrito Federal à capital paraense, que passava a servir como “distribuidora dos produtos de regiões recém desbravadas”, e a BR- 163, que liga Cuiabá a Santarém, a qual, por cortar a Amazônia ao meio, deixou grandes impactos ambientais e sociais, pois “[...] passa por reservas indígenas e ambientais, áreas de garimpo e regiões de graves conflitos fundiários”(TORRES, 2005, p. 11).

Outra rodovia criada nesse período foi a Transamazônica que

trazia no seu bojo o modelo rural supostamente integrador de atividades agropecuárias empresariais e camponesas, de desenvolvimento empresarial eficiente, de latifúndios improdutivos concedidos pelo governo no sul do Pará nos anos de 1950, e de um programa de colonização agrícola oficial (CARVALHO, 2005, p.97).

Todas as rodovias mencionadas cooperaram para que houvesse a entrada do agronegócio¹ na Amazônia. Elas possibilitaram, de um lado, um maior fluxo de mercadorias e, de outro, que seu escoamento ocorresse de maneira rápida.

Além da criação das rodovias, o governo criou programas de estímulos econômicos, para facilitar o desenvolvimento econômico da Amazônia. Segundo IANNI (1979, p. 56), antes de 1964 já haviam dois órgãos governamentais que auxiliavam na economia da região, o

¹ Segundo Marcos (2008, p.196) o agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõe a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados.

Banco de Créditos da Amazônia e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criado com a finalidade de “definir objetivos e meios para atuar em praticamente todos os setores da vida econômica da região” IANNI, p.60.

Segundo o SPVEA² (1955, p.21 apud IANNI, 1979, p.60) a sua missão era

incentivar o capital privado, no sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais, inclusive em empresas de capital misto ou em consorciação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes no Plano de Valorização econômica da Amazônia.

Observa-se que, desde antes da ditadura militar, já havia interesse e movimento dos agentes políticos e econômicos, de abrir a Amazônia para a “modernização”. Segundo IANNI (1979, p.60) esse movimento se intensificou e tomou corpo entre 1966 e 1978, anos em que foram adotadas muitas “iniciativas governamentais”. Para substituir a SPVEA, em 1966, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que para IANNI (1979, p.61)

Criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros. Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar maior dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industrial e de mineração.

Segundo Ianni (1979), não só a SUDAM foi criada, mas o Banco de Crédito da Amazônia S.A. foi reformulado e passou a ser denominado Banco da Amazônia S.A. (BASA), e o Banco do Brasil (BB), a partir desse momento “dinamizou a sua presença na região, criando novas agências”. Os três agentes, SUDAM, BASA e BB, “passaram a atuar de

² SPVEA. I Plano Quinquenal de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: SPVEA, Vol. II, 1966.

modo articulado, no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos, públicos e privados na região” IANNI (1979, p.61).

De modo geral, todo esse plano foi executado sem pensar nas comunidades que habitavam a Amazônia e que dependiam da dinâmica de rios e igarapés para irem de um lugar ao outro e, até mesmo para troca de mercadorias de consumo próprio. Num primeiro momento, elas foram coagidas e muitas até expulsas pelos colonizadores e, durante a ditadura militar passaram a ser expulsas pelo governo e pelo chamado progresso.

Ocorre, nesse período, uma reestruturação territorial da Amazônia, pois a economia passa a tomar forma e ter um papel importante. Segundo Raffestin (1993, p.143), território é “[...] o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço”. Portanto, tem-se que esses novos sujeitos, que agora atuam na Amazônia e geram essa nova economia, são os atores sintagmáticos que por suas ações produzem transformações no território amazônico. Portanto, o que se teve foram planos governamentais que viabilizaram, por meio de incentivos fiscais, a territorialização do campo por esses sujeitos, como a ida de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a Amazônia.

Dentro desse cenário de transformações e planos que incentivaram o capital a se instalar no campo amazônico, a Companhia Vale do Rio Doce foi uma empresa que se destacou e que faz parte do processo de desenvolvimento dessa região, atuando tanto na exploração de recursos minerais, como, mais recentemente, no setor de biocombustíveis.

Ao transformar o campo em algo propício ao agronegócio, foram introduzidas algumas monoculturas na Amazônia, entre elas a palma, implantada em 1950, pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN). A palma, planta originária da África, segundo Cátia Oliveira

Macedo, foi implantada na Amazônia paraense por meio do IAN, “no intuito de avaliar a viabilidade econômica da planta na região Norte” (Macedo, 2012, p.1).

Após aproximadamente uma década de sua implantação, de acordo com o Boletim Informativo da Nova Cartografia Social da Amazônia (2014, p.6), em 1967 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) financiou os primeiros estudos sobre a monocultura de dendê, os quais resultaram na plantação de 1.500 hectares de palma no município de Benevides no Pará.

Hoje essa monocultura se concentra na região Nordeste do Pará. Nos municípios de Tomé-Açu e Concórdia do Pará existem empresas, como a Agropalma e a Biopalma, que atuam na produção do dendê extraído da palma. Há um número considerável de hectares destinados a essa produção. Segundo a Nova Cartografia Social da Amazônia (2014, p.5) esses hectares “são inseridos no mercado de terras por mecanismos diversos: compra, arrendamento de fazendas desmontadas, parcerias com agricultores familiares”. Em relação à Biopalma, essa empresa faz parte do grupo Companhia Vale do Rio Doce, localizando-se nos municípios de: Concórdia do Pará, Acará, Moju e Tomé-Açu.

1.2 Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e suas ações na Amazônia

De acordo com a Vale – Nossa História (2012, p. 41 -42) A Companhia Vale do Rio doce surgiu com os chamados Acordos de Washington³. Para a empresa sua criação foi fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

³ Segundo o Instituto Durango Duarte os Acordos de Washington foram estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, no qual os Estados Unidos “forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento de programa para saneamentos, abastecimento alimentar e outros; em troca, o Brasil forneceria matérias-primas estratégica, dentre essas a borracha e minerais”.

Segundo a Companhia Vale do Rio Doce, em 1967 foi descoberta a primeira jazida de minério de ferro em Carajás. A partir desse momento ela se instalou na Amazônia paraense e iniciou suas ações na região. Para Oliveira

Esta empresa, nascida no seio do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos, quase sempre controlada por militares, tem atuado principalmente nos setores de pesquisa, produção e transporte de minério, sobretudo de ferro. Seguramente, é hoje uma das maiores do mundo. Sua estratégia tem sido aquela de associar-se a multinacionais nos grandes projetos, de modo a passar para o país uma espécie de “ar nacional” a empreendimentos que, na realidade, visam a atender as necessidades dos países industrializados capitalistas (Oliveira, 1947, p. 47).

Entre suas ações, foi criado, em Carajás, um projeto que viabilizou a exploração de minério de Ferro na região, o Projeto Grande Carajás, que visa à exportação do minério de ferro e, mais tarde o Projeto Ferro Carajás que, segundo Oliveira ele evolui do Grande Carajás, e “incluiu a construção da Estrada de Ferro dos Carajás, numa extensão de 890km, ligando a Serra do Carajás ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão” (Oliveira, 1947, p. 49).

Percebe-se que há um processo de territorialização da CVRD, na Amazônia, em especial a partir do controle das regiões onde há maior concentração de minério de ferro (Becker, 1990).

A inserção da Companhia Vale do Rio Doce na região causou muitos conflitos

decorrente da disputa não mais apenas pela terra, mas por territórios onde se localizam as jazidas, envolvendo empresas, garimpeiros e índios. Trata-se de conflitos de territorialidade, entendida como uma estratégia para influenciar ações através do controle do espaço e do tempo. Becker, 1990, p.75

Ou seja, a descoberta das jazidas e a chegada da Vale e de outras empresas na Amazônia, além de causar conflitos entre elas, causou sérios conflitos sociais, envolvendo populações tradicionais, indígenas e camponeses que passaram a ter que lutar para permanecer no território que lhes pertenciam.

A Companhia Vale do Rio Doce foi tomando proporções tão grandes na Amazônia que passou a atuar em outros ramos, como na produção de óleo da palma, na região do Pará (figura 3). Lá ela fez sociedade com a Biopalma da Amazônia S.A., empresa que já trabalhava com produção do óleo.

A Biopalma

é uma empresa produtora de óleo de palma, possui quatro polos de produção na região do Vale do Acará, e baixo Tocantins no Pará. Possui cerca de 56 mil hectares da palma de óleo plantadas em terras próprias, e 6,8 mil hectares em parceria com a agricultura familiar.

Assim como acontece em Carajás, nessa região também ocorrem conflitos, pois não houve, e nem há, o respeito às comunidades tradicionais, que estão inseridas nessa fração do território. A Amazônia, antes de ser uma terra de negócio, é uma terra de luta, de resistência dos diferentes povos que vivem lá. É uma terra de ribeirinhos, índios, quilombolas, uma terra onde a cultura e crenças diferentes das convencionais, onde o tempo é outro e não o tempo do capital e dinheiro. Há muitos conflitos porque há luta, luta de um povo contra o que a modernidade (grandes empresas) está impondo a eles.

Localização da Biopalma no Pará

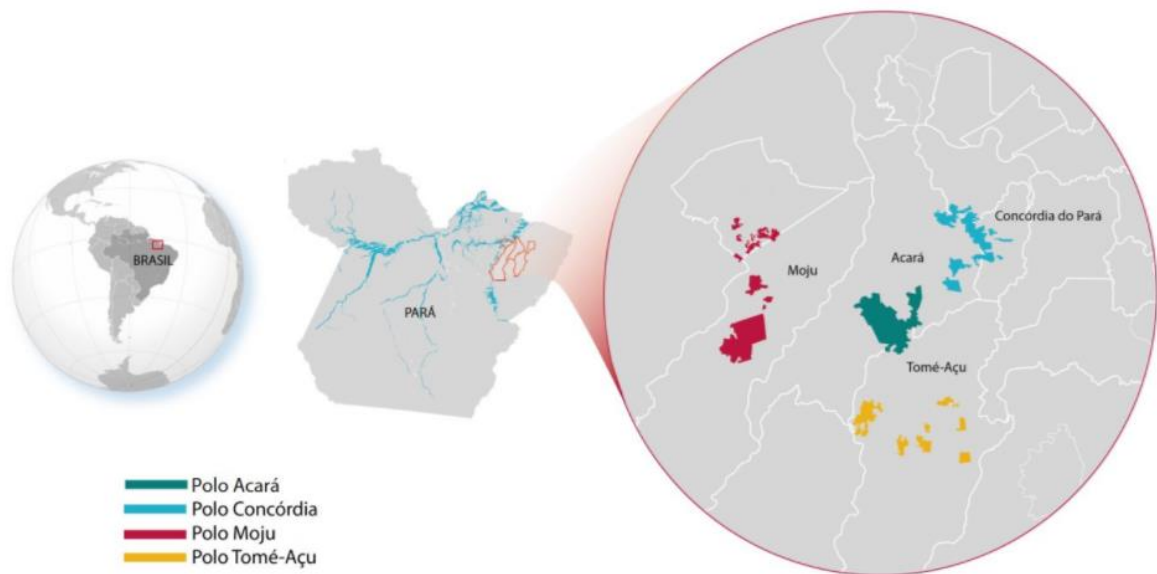


Figura 3: Localização da Biopalma no Nordeste Paraense

Fonte: site <http://www.biopalma.com.br/onde-estamos>. Acessado em: 10/03/16

II TERRA DE PRETO: COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO NORDESTE

PARAENSE

2.1 Surgimento dos quilombos

Existem processos históricos que fazem parte da formação do território brasileiro e que contribuíram para o surgimento de comunidades quilombolas, tais processos se iniciaram no período em que o Brasil era colônia de Portugal.

Segundo Fausto (1995, p.45), o rei Dom João III criou no Brasil as capitânicas hereditárias, que dividiu o país em “quinze quinhões por uma série de linhas paralelas”, que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, tais quinhões foram entregues aos chamados “capitães-donatários”.

As capitânicas hereditárias se dividiam em sesmarias, que era um atributo dos “capitães-donatários” dados aos chamados “sesmeiros”, esses tinham a “obrigação [...] de cultivá-la (a terra) no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à Coroa”. Segundo o autor, o sistema foi importante para a formação territorial do Brasil, uma vez que deu origem a inúmeros latifúndios, que ainda persistem (FAUSTO 1995, p.45).

Os escravos vindos da África eram quem trabalhavam nos latifúndios, eles foram trazidos ao Brasil devido ao fracasso da tentativa de escravização do índio, mas assim como esses eles também resistiram à escravização, muitos fugiam e constituíam o chamado quilombo.

Para Fausto (1995, p.52)

Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de

organização social semelhante às africanas, existiram centenas no Brasil colonial.

Com isso, fica claro que não só os índios lutaram contra essa escravização, mas também houve resistência do negro e, decorrente a isso, é que se estabelecia essa forma de constituição de quilombo, uma vez que o quilombo pode ser constituído de maneiras diferentes.

Mas o que são quilombos/comunidades quilombolas e como são constituídos? Na definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017) comunidades quilombolas são:

[...] grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Ainda de acordo com o INCRA⁴ (2017)

O termo quilombo é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Nesse sentido, há outras terminologias para o termo quilombo, como Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre, entre outros.

Seria simples se essa definição do INCRA abrangesse todos os grupos que podem ser considerados quilombolas, mas não faz, pois, segundo BARTH⁵, (1969 APUD a ABA⁶, 2010, p.42)

⁴ Definição dada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2016.

[...] o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento mediante normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão.

Arruti coloca em jogo questões que vão além de simples titulação, para o autor

O que está em disputa, portanto, não é a existência destas formações sociais, nem mesmo das suas justas demandas, mas a maior ou menor largueza pela qual o conceito as abarcará, ou excluirá completamente. Está em jogo o quanto de realidade social o conceito será capaz de fazer reconhecer. Qual parcela da realidade ganhará, por meio deste reconhecimento, uma nova realidade, jurídica, política, administrativa e mesmo social. Enfim, qual o modelo normativo que derivará do reconhecimento desta grande variedade de situações empíricas ou que será imposto a elas.

O processo de colonização revela, de forma geral, os acontecimentos ocorridos no Brasil colônia. A partir de agora, será descrito tendo como ponto de partida a área de estudo, ou seja, o Estado do Pará, mais especificamente a região Guajarina, onde se encontram as comunidades quilombolas (figura 4) fruto dos processos de formação do território da região Guajarina.

⁵ BARTH, Fredrik. Introduction. In BARTH, Frederik (Ed.). *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*. London: Universitrtts FORLAGET/ George Allen & Unwin, 1969: 9-38.

⁶ ABA - Associação Brasileira de Antropologia

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DE BUJARÚ E CONCÓRDIA DO PARÁ

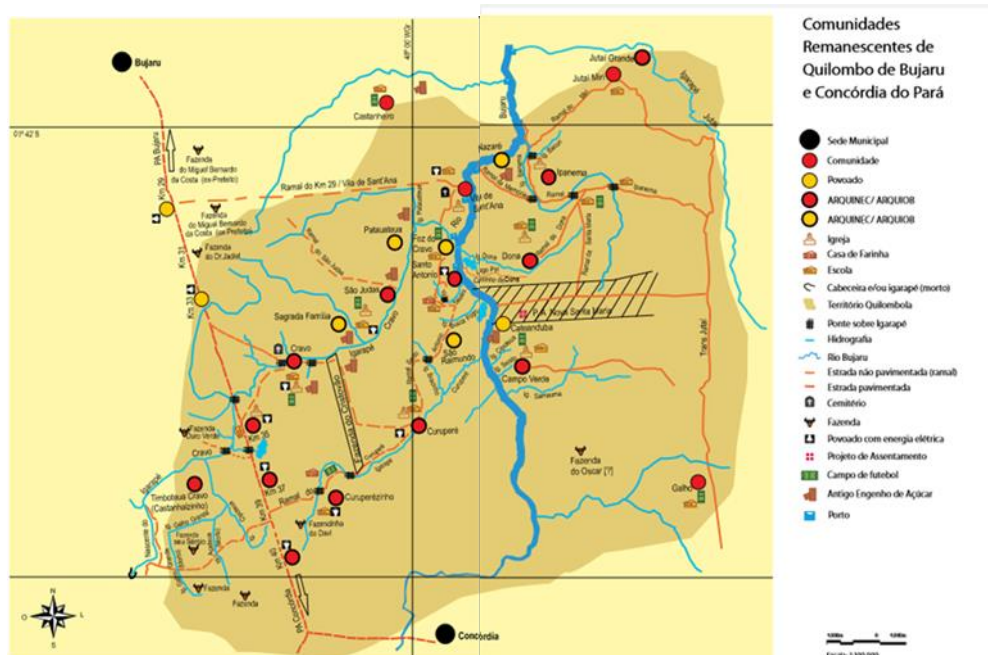


Figura 4: Comunidades Remanescentes Quilombolas de Bujarú e Concórdia do Pará
Fonte: Projeto nova cartografia da Amazônia

2.2 O Processo de ocupação na Região Guajariana

O processo de ocupação da região Guajariana se intensificou a partir da concessão de Vinte Datas de sesmarias. Segundo Castro (2003, p.4), a coroa portuguesa passou a ceder terras aos moradores das freguesias de Belém e “rios adjacentes”, como “Capim, Guamá, Bujarú, Mojú e Acará”. Com isso, no início do século XVIII, a ocupação da região aumentou, sendo feita tanto por moradores das freguesias, que eram constituídos por pequenos agricultores (sitiantes); por posseiros, que adquiriram a terra por herança ou apossamento primário; e, por escravos, que trabalhavam nas terras concedidas aos sesmeiros (CASTRO, 2003, p.2).

Nesse período todas as margens do rio Bujaru foram ocupadas; a dinâmica dos rios foi essencial para a ocupação da região e para o desenvolvimento do campesinato, pois ela proporcionava o escoamento da produção agrícola para a capital Belém, uma vez que os rios Bujaru e Capim são afluentes do rio Guamá, que passa pela capital. Além disso, segundo Castro (2003, p.75), os rios tiveram “uma importância relativa na ocupação de novas terras por sesmeiros e sitiantes, sobretudo a partir do século XVIII”.

Nas terras de Sesmarias eram cultivadas “cana, algodão, e cacau, a criação de algumas cabeças de gado, e uma agricultura para sustentar a família com dominância da mandioca”. Além disso, ocorreram formas de comercializar os produtos da “roça, da pesca e da coleta silvo florestal” para a capital Belém. Mas nessa primeira fase da economia colonial “era o comércio de especiarias o mais relevante, com reduzida absorção de produtos agrícolas pelo consumo interno” (CASTRO, 2003 p.4).

Mesmo com a nova estrutura espacial, que nascia no início da colonização, não havia grande quantidade de escravos nos arredores de Belém. Segundo Castro (2003), foi com a chegada da Companhia de Comércio do Grão Pará que se intensificou a chegada de escravos à região. Isso fez com que houvesse um processo de povoamento, pois já havia uma elite colonial na região, formada pelos colonos de Açores (Portugal), que chegaram por volta do século XVIII, e o que se tinha nesse novo momento era a chegada de mais escravos.

O Rio Bujaru (também) acompanha esse movimento, verificando-se na primeira metade do século XVIII o maior número de Cartas de Datas de Sesmarias e, pelos dados do senso, um aumento do número da população, em especial da população escrava que corresponde a 54% da população total, nos dados de 1878. (ACEVEDO, 2003, p.11)

Ocorria na região certa modernização e a partir do período pombalino, 1775 a 1778, verificou-se o crescimento na agricultura, a qual foi tomando forma e “faz parte dos

movimentos inerentes ao desenvolvimento do capital mercantil e aos anseios das elites locais” (ACEVEDO, 2003. p.12).

Devido à produção de açúcar, surgiram muitos engenhos como: o “Itaporonga, São Luiz, São Joaquim, Nazaré, Santa Ana e Cateanduba estavam localizados no rio Bujaru; Noí, São Judas, Mutucu estavam à margem do igarapé Cravo”. Os trabalhadores desses engenhos eram os escravos e sitiantes que viviam na região (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA, p. 3, 2006).

A modernização teve seu preço, com o passar dos anos a coroa portuguesa já não concedia mais Cartas de Sesmarias, ocorrendo declínio das cartas e da capacidade de os senhores conseguirem escravos. Com isso, para Acevedo (2003, p.12), passou a ser cada vez mais frequente a fuga de escravos das fazendas, incluindo

Índios desestabilizados, cafusos e alguns sitiantes em movimento que levaria mais tarde, a se fortalecer por meio de revoltas organizadas constituição de quilombos e levantes em fazendas de senhores. Esses processos, a nosso ver, viriam a definir, em parte, a conformação atual dos apossamentos de terras por parte de grupos de população de origem africana que chegaram até a atualidade no município de Bujaru.

Segundo a ARQUITEC; ARQUIOB (2006), com o passar dos anos os fazendeiros deixaram suas terras e elas foram, aos poucos, sendo ocupadas pelos sitiantes que continuaram com a roça de alimentos, base de sua alimentação, e a pesca nos igarapés, dando a início a formação da estrutura campesina na região Guajariana.

2.3 Modo de vida nas comunidades São Judas e Vila do Cravo

As comunidades quilombolas São Judas e Cravo localizam-se na rodovia PA 140 do Estado do Pará, próximo a capital Belém. São Judas encontra-se na área rural do município de

Bujaru, e Vila do Cravo está na área rural de Concórdia do Pará. Os municípios são vizinhos e fazem parte da chamada “Zona Guajarina”.

Ambas as comunidades são acessadas a partir de um ramal (figuras 4 e 5) que foi construído na década de 1990 e dá acesso não só às comunidades estudadas como às demais comunidades da região, facilitando o deslocamento entre os moradores, uma vez que com ele foi possível à entrada de transporte coletivo.



Figura 4: Ramal da comunidade Vila do Cravo. Fonte: Anjo, 2015



Figura 5: Foto do Ramal na comunidade São Judas. Fonte: Anjo, 2015

A Zona Guajarina (Figura 6), segundo Hébbete e Moreira (2004, p.37), localiza-se no Nordeste do Pará, que compreende as “microrregiões Bragantina, Guajarina e do Salgado – onde, no final do século XIX, se formara o primeiro e mais significativo campesinato da Amazônia”.

Para Hébbete e Moreia (2004, p.29), após a chegada do Rei Dom João ao Brasil, Marquês de Pombal percebeu que a

Situação do Grão Pará e Maranhão exigia mudanças sociais. (...) seu irmão, Francisco Chavier de Mendonça Furtado, ao assumir a capitania, em 1751, recebera amplas instruções reais que segundo Acevedo Marin (1985, p.38) insinuavam que os colonos europeus do Pará consideravam aviltante o trabalho manual. Mas os novos colonos mandados de Portugal deveriam cultivar suas terras com seus próprios braços; este trabalho, afirmavam, não os desqualificaria para as honras reais às quais poderiam aspirar. (...) o Marques tentava, assim, lançar a semente de um campesinato autônomo, ao lado do latifúndio. (...) mas foi ao final do Império, com as multiplicações das fugas de escravos, a formação de quilombos e o irreversível declínio da escravidão, que se implantou no Pará um campesinato estável.

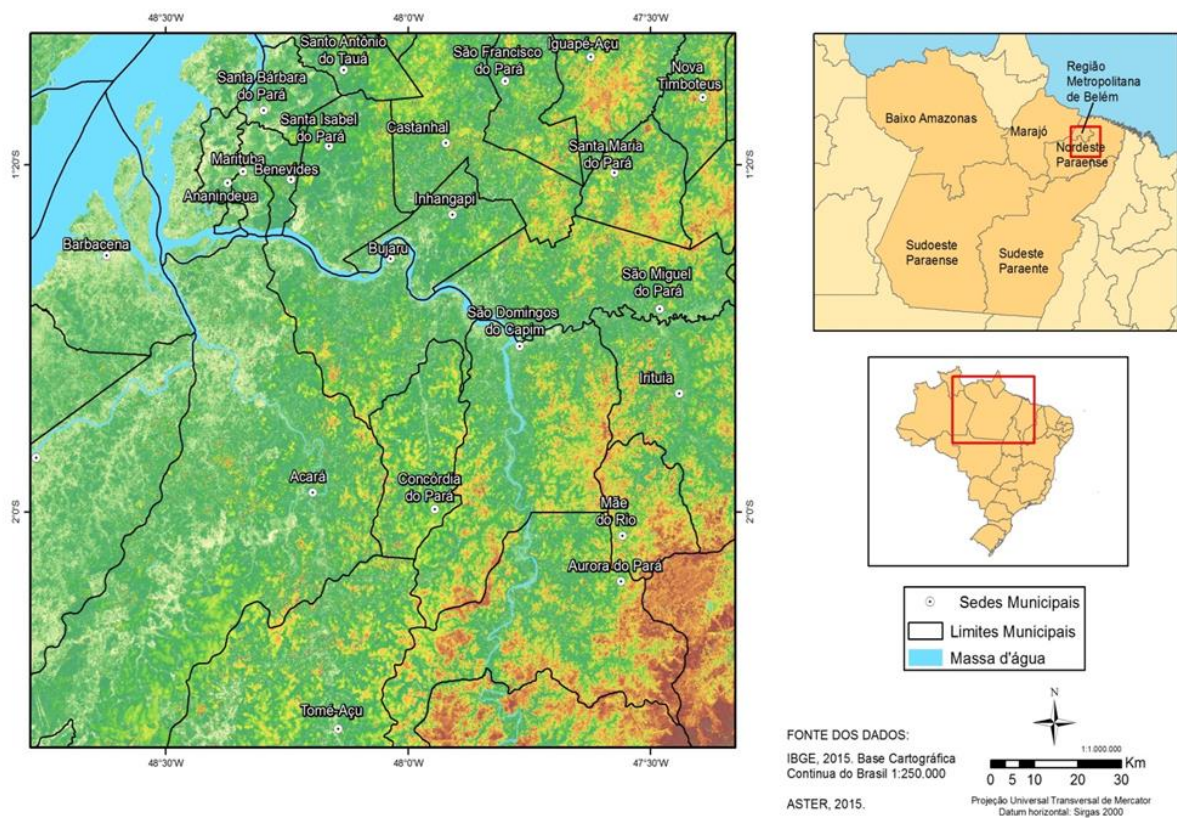


Figura 6: ZONA GUAJARINA

Assim, surgia um campesinato que coexistia com os grandes latifúndios e que se formava a partir de uma série de acontecimentos, entre eles o declínio da escravidão e a fuga dos escravos, que contribuíram para a formação de diversas comunidades quilombolas, como ocorreu com as comunidades de São Judas e Cravo.

Mas o que faz com que essas comunidades, pertencentes à Zona Guajarina, sejam consideradas como camponesas? Segundo Shanin (2008), uma das principais características do campesinato reside no fato dele ser “um modo de vida” (SHANIN, 2008, p.25), ou seja, ter em si uma combinação de elementos como: cultura, religião, relação com a natureza/terra e economia familiar, sendo esta a principal dessas características, por permitir que o camponês consiga se reproduzir e se manter no mundo capitalista, já que ele vende o fruto de seu

trabalho e não a sua força de trabalho, como faz o proletariado. Dessa forma, o camponês está inserido no capitalismo, mas ele não é capitalista.

Todos esses elementos ajudam a constituir um território único, onde se tem as práticas camponesas, como a ajuda mútua, trabalho acessório, religiosidade, entre outras. Levando esses fatores em consideração, observou-se que as comunidades estudadas, São Judas e Cravo, apresentam elementos inerentes ao modo de vida camponês, sejam eles relacionados às tradições culturais, práticas agrícolas e religiosas ou às práticas econômicas.

Na comunidade São Judas, todos são parentes. Dona Isolina (Figura 7), 99 anos, é a moradora mais velha. Ela relatou, em entrevista realizada em trabalho de campo, que todos na comunidade são seus netos: “Eu sou vó de toda essa meninada aqui, tenho neto, bisneto e até tataranetos”. Isso remete à Teoria do Parentesco, que para Woortmann (1993, p.69), é entendida como “uma relação de filiação socialmente reconhecida [...]. Duas pessoas são parentes quando uma descende da outra, ou quando ambas descendem de um antepassado comum”. Nessa relação “a descendência se converte na essência do parentesco”.

Como, para dona Isolina, todos são seus descendentes, essa teoria se faz presente na comunidade e ela é reforçada com entrevista realizada com o senhor Maximiano e dona Maria

Todo mundo aqui é parente, somos tudo uma família, os Carmo, mas aí tem as família que misturô, porque Carmo e Albernás é o que tem mais. Tudo que leva Carmo leva Albernás e tudo que leva Albernás leva Carmo (informação pessoal)⁷.

⁷ Entrevista realizada com Maria e Maximiano na Comunidade Quilombola São Judas - PA, por Laís Anjo em Janeiro de 2015



Figura 7: Dona Isolina, moradora mais idosa da comunidade de São Judas.
Fonte: Anjo, 2015

Os entrevistados revelam que a comunidade de São Judas é formada por duas famílias, Carmo e Albernás, e as outras famílias que vão chegando fazem parte do grupo de agregados, que estão na comunidade porque se casaram com alguém de lá.

A teoria do parentesco, assim como o sentimento de ajuda mútua, a relação de solidariedade e reciprocidade, são elementos que fazem parte das relações estabelecidas no modo de vida dos camponeses. Segundo Macedo e Benevides (2011, p.124)

(...) a identificação do território como comunidade parte das relações comuns entre os moradores. Por meio da reciprocidade e da sociabilidade, constitui-se o trabalho, seja na roça ou na escola, sendo fortes elementos na construção do território camponês.

E essas relações, como dito anteriormente, fazem parte do modo de vida das comunidades de São Judas e Cravo, portanto, ocorre a identificação, como diz Macedo e Benevides.

Para Tavares dos Santos (1978) as práticas de ajuda mútua “aparecem seja sob forma de mutirão, seja sob a de troca de dias”. Nas duas comunidades estudadas, o mutirão, que segundo o autor

ocorre em de doenças ou sinistro, quando todos os habitantes do bairro auxiliam a família a executar as tarefas de quem não pode dar conta, seja porque um dos seus membros está incapacitado, seja pela impossibilidade de reparar adequadamente os danos causados por acidentes da natureza (SANTOS, 1978, p.34).

Senhor Maximiano e Dona Maria Albernás contam que antigamente havia muitos mutirões. Toda vez que alguém precisava eles se reuniam para ajudar, tanto no roçado como na lavoura. Segundo eles, sempre tinham festas depois do trabalho, festas muito animadas, havendo música e muita comida boa.

Outro exemplo de ajuda mútua presente nas comunidades é a presença da casa de farinha. Dona Maria contou que na casa de seu irmão e cunhada, a casa de farinha (figuras 8, 9 e 10) é usada de forma coletiva, todos fazem a farinha de mandioca juntos, um ajudando o outro. Aqui também se faz claro a importância do trabalho familiar, pois a casa é compartilhada.



Figura 8: casa de farinha com a família trabalhando. Fonte: Anjo, 2015



Figura 9: Forno e peneira. Fonte: Anjo, 2015



Figura 10: Mandioca já moída. Fonte: Anjo, 2015

Outra prática muito comum observada nas comunidades foi à realização da coivara, antes de começar uma nova plantação. A sequência de figuras (11, 12 e 13) abaixo mostra exatamente esse processo, que é muito importante para a prática camponesa, pois é como camponeses limpam seu terreno para depois começar um novo cultivo.



Figura 11: queimada da roça na comunidade São Judas.
Fonte: Trabalho de campo de Rafael Benevides (2010)



Figura 12: Solo após a queimada (comunidade São Judas).
Fonte: Trabalho de campo de Rafael Benevides (2010)



Figura 13: Plantação de maniva (mandioca) após a realização da coivara.
Fonte: Anjo, 2015.

Percebe-se que as comunidades São Judas e Vila do Cravo carregam elementos no seu dia-a-dia que fazem parte do universo do campesinato e que são importantes para sua

reprodução. Existem outros fatores, como a religiosidade que também está presente e se faz importante no modo de vida dos camponeses das comunidades estudadas.

2.4 A religiosidade nas comunidades São Judas e Vila do Cravo

Nas entrevistas realizadas, o mito da Matita Pereira foi lembrado. Segundo moradores, ela é uma entidade que sai pedindo fumo durante o dia e, se seu pedido não for atendido, de noite ela assombra a residência do morador que a negou o fumo. Dona Andreza, moradora da Vila do Cravo, contou a história do surgimento de Matita Pereira.

Quando Deus ficou bravo com os anjos porque eles desobedeceram às ordens de Deus, Deus castigou eles e mandou eles para a Terra. Cada anjo caiu em um lugar diferente, os anjos que caíram na floresta viraram o Saci Pererê, a Matita Pereira e o Curupira, os que caíram na água viraram outras coisas e assim foi indo. Foi assim que nasceu as criaturas mágicas que vive na Terra (informação pessoal)⁸.

Em São Judas também ocorreram relatos sobre a existência da entidade, o senhor Maximiano contou em entrevista que teve um grande problema com ela

Quando minha filha tinha 4 anos o cabelo dela era um rolo, ela era branca, branca, branca, foi quando esse bicho começou a assobiar, ela teve uma febre, eu morava lá no centro. Foi uns 45 dias de febre até que me passaram arruda para pisar bem pesado no pé de galinha para fumentar, Graças a Deus a febre passou. Nos mudamos para cá, numa casa grande de madeira, ai esse bicho vinha assobiando toda noite. Um dia eu fui em Belém, eu tinha um camarada que estava se tratando com um curandeiro e eu fui lá com ele. Ele entrou o curandeiro passou um remédio aí ele saiu, quando saiu e o homem mandou eu entrar, eu disse que não ia porque só fui como companheiro aí ele disse que era para eu entrar que ele me passava remédio. Eu não acredito muito nessas coisas, mas acabei entrando, ele perguntou como estava a minha casa eu disse que estava tudo bem. Aí ele disse pra eu agradecer a Deus porque eu tenho uma devoção que me defende se não o bicho já tinha “maginado” comigo. Aí perguntei que bicho, ele disse que era Mãe do mato, aí perguntei o que que era isso, aí ele falou do bicho que passava assobiando lá em casa toda noite e falou que a Mãe do Mato queria levar a minha filha e assombrar ela. Eu achei estranho porque ele nem me conhecia e nem sabia

⁸ Entrevista realizada com Dona Andreza, moradora da Comunidade Quilombola Vila do Cravo – PA, por Laís Anjo em janeiro de 2015.

que eu tinha filho. Aí ele me preparou o remédio, era tipo um banho, que era pra jogar onde era mata, pedi pra Maria, minha mulher jogar, ela jogou e naquela noite esse bicho pintou o sete, cantava, assobiava, fazia tudo conté barulho, mas também depois disso acabou, o bicho sumiu (informação pessoal)⁹.

Maria e Maximiano dizem que nos dias atuais já não se acreditam muito nesse mito

Hoje as pessoas não acreditam muito e é difícil acreditar mesmo, mas eu acho que ela era mãe da natureza mesmo, porque a natureza tem mãe. Quando eu era mais nova eu ouvia muito, mas também tinha muita natureza, tudo isso aqui era uma mata linda. Agora acabou e ela, que protegia a natureza, foi embora porque não tem mais natureza como tinha antigamente”. (informação pessoal)¹⁰

Para MOURA (1986, p.21),

A religião cria formas e fórmulas que atendam os membros do grupo nos momentos agudos de mistério e angústia, como na morte ou doença, ao mesmo tempo que recria e perpetua formas e formulas mais antigas de orar, explicar e venerar a divindade. Estas, esquecidas ou banidas na igreja oficial, continuam a desempenhar seu papel de dar sentido ao cotidiano da vida camponesa.

Isso pode ser visto nas entrevistas com os moradores das comunidades, pois há essa crença nesses mitos que vai além do que a igreja católica acredita. O mito de Matita Pereira é um exemplo, pois segundo uma moradora da Vila do Cravo, ela era um anjo que caiu do céu. Ao mesmo tempo em que existem essas crenças, existem as festas tradicionais a santos padroeiros, em que são realizadas romarias e novenas a esses santos, ou seja, são formas de religiosidade que estão dentro daquilo que é considerado padrão da igreja.

As festas religiosas, que sempre estão presentes, ocorrem em homenagem ao santo padroeiro de cada comunidade. Em São Judas, onde o santo padroeiro tem o mesmo nome,

⁹ Entrevista realizada com Maximiano, por Laís Anjo na Comunidade Quilombola São Judas - PA, em Janeiro de 2015.

¹⁰ Entrevista realizada com Maria e Maximiano na Comunidade Quilombola São Judas - PA, por Laís Anjo em Janeiro de 2015.

ocorrem duas festas, uma no mês de maio, que é a da Nossa Senhora do Carmo, nessa os moradores pagam suas promessas e fazem romarias e novenas, que ocorrem toda noite, durante as trinta e uma noites do mês. É um momento muito importante de reunião e práticas religiosas, os moradores se juntam para rezar e comemorar o mês da santa com muita comida e cantorias. A outra ocorre no mês de outubro, mês de comemoração ao padroeiro São Judas. Assim como no mês de maio, em outubro também ocorre uma festa em comemoração ao santo.

A festa do nosso padroeiro é em outubro. A gente faz assim, é o grupo e as comunidades vizinhas. São 8 noites. A gente tira uma comissão, cada ano é uma comissão, aí a gente organiza pra tomarem conta. Tem que ter o presidente, o vice, o tesoureiro, o secretário, aí no final se reúne, presta conta e pronto. Nas noites a gente faz uma novena, reza um terço, faz a leitura do evangelho, faz a reflexão e ai depois a gente faz um bingo, mas dá pouca gente as vezes, é só nós (informação pessoal)¹¹.

Na Vila do Cravo também ocorrem festas religiosas para a santa padroeira. O texto “Comunidades camponesas no Nordeste paraense” de Oliveira e Benevides, (2011), revela que próprio nome da comunidade é uma homenagem a Nossa Senhora das Graças, santa padroeira da comunidade, assim como São Judas Tadeu é padroeiro de São Judas. Além das festas que ocorrem nas comunidades, segundo Santana (2010), uma vez por ano, muitos camponeses vão para a capital Belém, para pagar as promessas que foram feitas, em uma das maiores festas religiosas do mundo, o Círio de Nazaré, realizada no segundo domingo de outubro, em comemoração à Nossa Senhora de Nazaré.

Segundo Castro (2003) apud Benevides (2009), essas festas fazem parte do processo de territorialização da comunidade, ou seja, elas têm um papel na criação dos laços que se estabelecem entre as comunidades e o território. Percebe-se, que as comunidades se

¹¹ Entrevista realizada por Rafael Benevides com Socorro Albernás em Julho de 2009.

organizam a partir da religiosidade e, isso é visível na organização territorial delas, onde a igreja (Figura 14) ocupa uma centralidade.



Figura 14: Igreja da comunidade Vila do Cravo. Fonte: Anjo, 2015

A religiosidade está tão presente no dia-a-dia dos camponeses que, segundo Moura (1986, p.22) ela diferencia dias religiosos dos dias normais, tendo eles um caráter especial e diferente dos feriados nacionais. “São os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais. [...] A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano, nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional”. Isso pode ser visto nas comunidades estudadas quando os camponeses param seu trabalho para ir até Belém, na comemoração do Círio de Nazaré, ou mesmo quando param seus trabalhos para comemorar o dia da santa padroeira de sua comunidade.

Contudo, percebe-se que em ambas as comunidades estão presentes as características descritas por Shanin e por José Vicente Tavares do Santos, ou seja, segundo esses autores há no campesinato um modo de vida que é inerente a ele e isso pode ser visto nas comunidades São Judas e Vila do Cravo. São comunidades que carregam consigo uma história com a terra,

seja ela de luta, pela titulação de comunidade quilombola, ou até mesmo pela sua relação com ela, como sua cultura e tradições, como a ajuda mutua, a solidariedade, a religião, a economia familiar, entre outros. Essas características são fundamentais no processo de territorialização do espaço do campesinato, uma vez que para Raffestin (1943, p. 143-144) o território se forma com ações que ocorrem no espaço. E as comunidades têm ações que são únicas ao campesinato.

CAPÍTULO III: TERRA DE NEGÓCIO EM TERRAS TRADICIONALMETE OCUPADAS

3.1 A produção do dendê no Pará e o nascimento da BIOPALMA/BIOVALE

A palma, planta de origem africana, foi implantada no Brasil no século XX, especificamente em 1950. A partir de 1960, com os incentivos fiscais vindo do governo ditatorial, ela começa a ganhar espaço através de estudos da EMBRAPA e mais tarde da SUDAM. Tais estudos tiveram como resultado a plantação da palma no município de Benevides, no Pará.

A partir do século XXI, com uma busca de fontes de energia limpa, ocorreu um maior interesse na palma, que já era utilizada em outros países como uma fonte de biocombustível limpo, apesar de já ter cultivos dela no Brasil, foi com o governo Lula, em 2004, que ela ganhou destaque, pois ele lançou o Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel (PNPB)¹².

No nordeste paraense configuram-se, algumas áreas de produção de dendê, destinadas à produção de biocombustíveis. Em 2010 o governo lançou, na região, o chamado “Polo de Tomé Açu”, que mostrava a importância da produção de dendê no estado do Pará. Segundo Becker (2010, p. 33)

O lançamento pelo presidente Lula, do Plano Palma Verde em Tomé Açu (Pará) em maio do corrente ano (2010), de estímulo ao plantio e à produção de óleo de palma, desencadeou grande procura pela atividade. Porta vozes do

¹² A cartilha do Biodiesel. Novo combustível do Brasil (2014, p. 5, 6), do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNB), diz que tal programa “contempla as especificidades regionais no que se refere ao tipo de oleaginosa, não excluindo quaisquer alternativas. Além do agronegócio, o programa privilegia a participação da agricultura familiar, estimulando a formação de cooperativas e consórcio entre produtores.”
As diretrizes do programa “criam a figura do produtor de biodiesel, estabelecem as especificações do novo combustível e estruturam a cadeia de comercialização”.

governo informaram que se hoje há apenas 66.800 ha plantados com dendê no país, pelo menos 15 empresas já planejam aumentar a área plantada para 235,5 mil ha nos estados do Pará, Bahia, Roraima e Rondônia.

Aproveitando esse movimento de incentivo à produção de energia renovável e biocombustível a Vale decidiu apostar na produção da palma no nordeste paraense. Ela mais a Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio, se associaram em 2009, ficando a Vale com 41% e a Biopalma, com 59%, que adquire outro nome: Biovale. Segundo o relatório sustentável da empresa (2014, p.7) “No ano de 2011, a Vale assume 70% da empresa e, por questões normativas, altera o nome para Biopalma outra vez. Já no ano seguinte, dá início à primeira unidade extratora de óleo (...)”.

Para Macedo, Carneiro e Sousa (2014, p. 3897) “é no início do século XXI, com a chegada da Biopalma no Nordeste paraense fomentada pela política de produção e Uso do Biodiesel – PNPB (2004), que a produção regional ganha destaque nacional”.

Segundo Macedo, Carneiro e Sousa (2014), além da Biopalma há mais oito empresas que detém o controle da produção de dendê no Pará: AGROPALMA, DENPASA, COACARA, CODENPA, DENTAUÁ, PALMASA, MARBORGES, MOEMA¹³, a maioria

¹³ CRAI-AGROPALMA-AGROPAR: localizada nos municípios de Tailândia, Acará Moju e Tomé Açu (PA). A empresa é especializada em produção de mudas, plantio e cultivo da palma, na extração de óleos brutos, refino, produção de gorduras vegetais e comercialização;
DENPASA: está localizada em Santa Bárbara do Pará e Santo Antônio do Tauá (PA). Sua especialidade está no plantio da palma e na produção de sementes;
COACARA (Companhia Agrícola do Acará): localiza-se em Santa Barbara do Pará (PA). Tem como especialidade a fabricação de óleos vegetais;
CODENPA (Companhia Dendê Norte Paraense) localizada na cidade de Santo Antônio do Tauá, atua na fabricação de óleos vegetais;
DENTAUÁ (Dendê do Tauá) localizada na zona rural de Santo Antônio do Tauá (PA), é especializada no plantio, beneficiamento e comercialização da palma.
PALMASA (Agroindustrial Palmasa S/A): está localizada na zona rural de Igarapé Açu (PA), sua atuação se dá na formação de viveiros, plantio, beneficiamento e comercialização.
MARBORGES (Marborges AGROINDUSTRIAS S/A): localizada em São Braz (PA) sua atuação está no setor do plantio, beneficiamento e comercialização)
MOEMA (Dendê de Moema S/A): localizada em Santa Isabel do Pará (PA) sua atuação está na fabricação de óleos vegetais.

Fonte:www.abrapalma.org/pt/associados; www.emis.com

dessas empresas fazem parte da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA). A figura (15) a baixo mostra algumas concentrações da plantação da palma no Nordeste paraense.

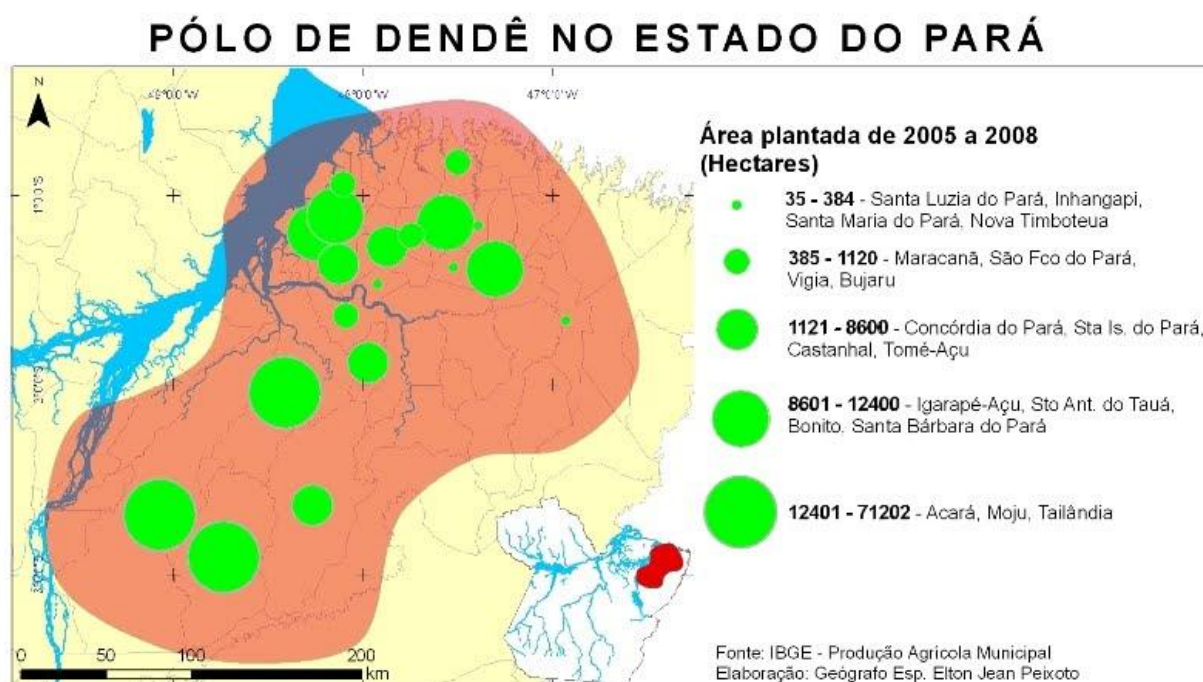


figura:15 Fonte:<http://eltongeopa.blogspot.com.br/2010/05/para-tera-o-maior-polo-de-producao-de.html>

A Biopalma está entre uma das maiores empresas que trabalha com a cultura de dendê no Pará. O discurso que ela carrega é que a empresa vai promover o desenvolvimento e melhorar a vida dos moradores das comunidades próximas de onde está instalada. Segundo os diretores e gerentes da Biopalma, o dendê é o “ouro vermelho” do Pará, que vai mudar a vida dos camponeses. Para Daniel Rosendo, gerente do Polo de Concórdia, o dendê é tão importante que “vai mudar a geografia econômica e social da região” (informação pessoal)¹⁴.

¹⁴ RESENDO, Daniel. **Vídeo institucional da Biopalma**. Visto pelo Youtube em 5 de abril de 2016.

Todo esse discurso tem apoio de órgãos governamentais, que disponibilizam créditos para que os camponeses possam arrendar suas terras para as empresas que atuam no nordeste paraense. Entre os créditos estão o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que segundo o Banco Central do Brasil

(...) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio de financiamento da atividade e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

E o Pronaf-eco Dendê/Seringueiras, que segundo o Banco da Amazônia sua finalidade é “investimento para implantação das culturas de dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano”. <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/eco-dende-seringueira> , acessado em 2/2017.

Em Bujarú o presidente do sindicato dos trabalhadores acredita no discurso das empresas e, principalmente da Biovale. Em entrevista realizada, ele afirma que lá não há muitos arrendamentos devido ao tamanho dos lotes de terras, que são menores, mas quem tem terra deve arrendar, pois vê o arrendamento à Biovale como algo positivo

“Eu defendo o projeto do dendê porque assim o sujeito fica preso a um mercado e a uma produção, e no final ele sempre vai ter o dinheiro daquela produção e vai melhorar de vida, diferente do sujeito que pega um empréstimo do banco pra investir em uma produção e acaba gastando com outras coisas e se endividando” (informação pessoal).

Alguns camponeses podem de fato se beneficiar com o projeto, mas muitas vezes o que ocorre é um endividamento, pois ao cultivar o dendê o camponês perde espaço para seu

roçado e, durante esse tempo em que não há o dinheiro vindo da plantação do dendê, ele vai buscando formas de se sustentar, tais como o trabalho acessório.

Para, Macedo, Carneiro e Souza (2014, p.3901) o que ocorre é que

A expansão do agronegócio do dendê no Nordeste paraense e seu corolário, a propriedade capitalista da terra, reordena o uso do território nesta região e pressiona o território camponês em diferentes frentes, quer seja pela tentativa de domínio do seu território, como pela subordinação camponesa ao capital.

O que se observa é que de um lado, há um campo em mudança, pois como disse os autores há um rearranjo dos territórios devido à expansão do agronegócio. Os camponeses, por outro, estão se adaptando, para que possam continuar com suas práticas tradicionais e seu modo de vida.

Nas comunidades estudadas pode ver isso, pois em entrevista com dona Maria, moradora de São Judas, ela conta que seus dois filhos mais velhos moram em Bujarú, para estudar e trabalhar, mas voltam aos finais de semana para ajuda-la na roça, eles dizem não gostar de Bujarú e preferir São Judas.

3.2 Comunidades São Judas e Vila do Cravo (NE paraense): uma forma de resistência ao capitalismo

Segundo Macedo, no documentário “Modo de vida camponês”, os camponeses se recriam dentro de um processo de subordinação, ao qual é imposto a eles, na sociedade capitalista. Nesse processo não há o desaparecimento do camponês e nem do campo, o que existe é uma maior complexidade entre o campo e cidade. Com a chegada da Biopalma/Biovale, o trabalho acessório passou a ser mais recorrente na vida dos camponeses de Bujaru e Concórdia do Pará (PA), criando uma nova dinâmica em seu modo de vida e, com isso, foram criando formas de permanecerem no campo.

Para Couto e Macedo¹⁵ (2012) dois processos, que ajudam na compreensão da nova dinâmica do campo paraense:

a territorialização do capital e a monopolização do território, o primeiro aponta para um tipo de organização em que separa os meios de produção dos trabalhadores e implanta totalmente a agricultura capitalista, e o outro, cria condições para a mudança do trabalho familiar.

De acordo com os autores, ambos os processos podem ser vistos com a chegada da CVRD na região, essa chegada foi realizada através de incentivos governamentais na ditadura militar.

No campesinato não é somente a relação com a natureza/terra que se difere das sociedades capitalistas, mas seu modo de vida, ou seja, suas tradições e costumes, pois neles existem relações de solidariedade como as de parentesco e de vizinhança, que fortalecem os laços entre os integrantes da comunidade despertando um sentimento de ajuda mútua.

Para Macedo (2006, p.122) apud Benevides

Vislumbra-se um processo de cooperação, construindo-se no seio da unidade doméstica que teria ressonância de forma mais ampla no grupo social como um todo. Produz-se para garantir a necessidade (sobrevivência) e trabalha-se de acordo com a capacidade. Tal análise aponta os elementos da produção camponesa: a força de trabalho familiar; as práticas de ajuda mútua; o trabalho acessório, a força de trabalho assalariado; a socialização do camponês; a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho, como elementos estruturantes do modo de vida camponês.

Sendo assim, no campesinato todos os membros da família são importantes, pois ajudam com seu trabalho. Tal fato pode ser observado nas comunidades estudadas. Segundo dona Maria¹⁶ toda sua família trabalha na roça, até mesmo sua filha mais velha, que mora na cidade, ajuda a

¹⁵ No texto “ A expansão da fronteira do Agrocombustível: Impactos e desafios da Agricultura Camponesa no Nordeste Paraense” não há número de páginas

¹⁶ Entrevista realizada com a moradora dona Maria na comunidade de São Judas, em janeiro de 2015.

família de finais de semana. Eles plantam milho, mandioca, a qual se faz a farinha, feijão, banana, arroz, é uma produção bem diversificada e para o próprio consumo.

Na comunidade de São Judas, assim como na vila do Cravo, os camponeses trabalham na roça e o que produzem é para consumo próprio. Normalmente, o que pode ser vendido, quando há em quantidade é a farinha de mandioca e o açaí.

O açaí o cara só vende quando tem bastante açaí, mas quando tem pouco ninguém vende, é só pro consumo mesmo. E o arroz, ninguém vende o arroz. Único produto que a gente vende aqui é a farinha e a banana, sabe, e que tem outras coisas que vende também, a maioria da produção é essa (informação pessoal)¹⁷

Edson (figura 16), morador da Vila do Cravo, trabalhou na Biopalma durante dois anos, foi trabalhar lá na esperança de conseguir condições financeiras melhores, ter a carteira assinada e os benefícios que isso traz. Ele relata que o trabalho era muito puxado e difícil, pois trabalhava no corte do dendê e haviam metas estabelecidas que se não alcançadas resultavam em descontos do salário, que já era baixo. Além de trabalhar lá, Edson também trabalhava em sua roça, e assim cultivava mandioca para a venda da farinha e para o consumo da família.

¹⁷ Trecho de entrevista realizada com Felix Albornas, por Rafael Benevides em julho de 2009 retirada de seu trabalho de conclusão de curso “Agricultura Camponesa na comunidade de São Judas – Nordeste Paraense”



Figura 16: Edson, morador da Vila Do Cravo e ex trabalhador da Biovale.
Fonte: Anjo, 2015

Edson conta que as condições de trabalho na empresa eram péssimas, e relata que saiu de lá devido à sua saúde, que foi prejudicada.

A gente saia daqui às três horas da manhã, chegando lá as condições eram ruins porque lá dentro do dendezal tem muito mato e o mato é alto, tem risco de cobra morde, da pessoa cai e se machucar, tem muito acidente desse tipo. Aí as vezes eles mandam para o hospital, as vezes não. É um descaso total da empresa. (informação pessoal)¹⁸

Hoje, com o pouco que ganhou da Biopalma, comprou um terreno, está construindo uma casa para a família e começou a plantar pimenta, além da mandioca, milho e arroz.

¹⁸ Entrevista realizada em 2015 com Edson morador da Comunidade Quilombola Vila do Cravo – PA e, ex funcionário da Biopalma.

Percebe-se que há, nessas comunidades, práticas que são tradicionais ao modo de vida do camponês, como o trabalho acessório, que pode ser visto nessa entrevista. Os camponeses buscam formas de melhorar a renda familiar, mas sem deixar de lado suas próprias práticas de trabalho na terra.

Os elementos que norteiam a produção camponesa apontados por José Vicente Tavares dos Santos (1978) se fazem presentes nas comunidades estudadas. Eles fazem parte do processo de territorialização do território do camponês, ou seja, do seu modo de vida, de se relacionar com a terra, com a família, através do trabalho, e com sua cultura e tradições é que o território vai tomando forma e se territorializando, e é a partir desses elementos que se dá a recriação do campesinato.

A Biopalma não só ameaça as comunidades e seu modo vida, mas também, segundo Macedo (2014, p.3898), altera a paisagem, pois o que antes se observava apenas sítios e fazendas e hoje há vastas áreas de campos de dendê.

Há, por exemplo, inúmeros Igarapés na região de Concórdia do Pará e Bujaru, sendo o Cravo o que passa pelas comunidades estudadas (figuras 17, 18 e 19). Ele é muito utilizado pelos moradores da região, seja na hora da brincadeira, na hora do banho ou até mesmo em atividades da casa, como lavar roupa e louça. Esse igarapé, que faz parte da dinâmica dos camponeses da região, se vê ameaçado, uma vez, que todos os venenos utilizados nas plantações de dendê caem diretamente neles. Isso inviabiliza as atividades dos camponeses, pois quem entra nele fica com problemas sérios de pele¹⁹. Mesmo assim, percebe-se que há uma luta diária dos camponeses das comunidades estudadas para permanecerem no território que lhes pertence.

¹⁹ Em janeiro de 2015, quando ocorreu o trabalho de campo para as comunidades, muitos moradores relataram sobre esses problemas de pele, que é tipo uma alergia. Muitos deles, inclusive, orientaram a não entrar no igarapé.



Figura 17: Crianças tomando banha no igarapé Cravo ainda limpo



Figura 18: Igarapé Cravo na comunidade de Vila do Cravo Fonte: Anjo, 2015



Figura 19: Igarapé Cravo na comunidade de São Judas. Fonte: Anjo, 2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia sempre foi vista como uma região “vazia” e “atrasada”, precisava se modernizar, com isso, a partir do governo dos militares ocorreram inúmeros incentivos fiscais. As comunidades tradicionais da região, que sempre foram marginalizadas e vistas como atrasadas sofreram um processo de expropriação. Segundo Gonçalves (2009, p.2012, p.19) a Amazônia é uma região “plural”, ou seja, composta por diferentes grupos, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas, mas os “de fora” olham para ela como sendo igual, são os “não Branco”.

A territorialização do capital que ocorre com chegada das empresas e com a abertura das estradas para escoamento de mercadoria, gera, na Amazônia, principalmente no Pará, uma série de conflitos entre as empresas e as comunidades tradicionais, que são expulsas de suas terras. Tais comunidades travam uma luta diária contra essas empresas para que consigam permanecer campo.

Nos arredores das comunidades, São Judas e Vila do Cravo, está localizada a Biopalma, que pertence ao grupo Vale, ela exerce uma influência na dinâmica dos camponeses das comunidades, pois estando tão perto ela pressiona os moradores das comunidades com suas ações, mudando, de certa forma a territorialização da região.

Por conta disso os moradores das comunidades de São Judas e Vila do Cravo criam e recriam formas de permanecer em seu território, entre as maneiras encontradas foi a luta pela titulação de reconhecimento como comunidade quilombola, a continuidade de suas tradições culturais, entre outros.

Percebe-se que mesmo com todas as adversidades impostas pela presença de uma empresa capitalista no campo, esses camponeses conseguem se reproduzir e continuar com as práticas que os definem. O processo de permanência no campo vem carregado de muita luta, seja ela pela terra, na hora de se impor frente a empresas capitalistas, que chegam querendo arrendá-las, ou pela luta por titulação do território quilombola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Marin; ROSA, Elizabeth; CASTRO, Edna. Negros trombetas. Guardiões de Matas e rios. Belém, UFPA/NAEA, 1993.

AMIN, Samir. **A questão agraria e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra , 1977.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.6, N.1/ Maio de 2014.

ARQUINEC. Associação dos Remanescentes de Quilombo e de Concórdia do Pará; ARQUIOB. Associação Remanescentes de Quilombo Oxalá de Bujaru. **Quilombolas de Bujaru e de Concórdia – Pará**. Belém:2006. (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos).

BECKER Bertha K. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Ática, 1990.

BENEVIDES, Rafael. O Território Camponês da Comunidade de São Judas. In BENEVIDES, Rafael **Agricultura Camponesa na comunidade de São Judas – Nordeste Paraense**, Belém, 2010.

BOLETIM INFORMATIVO: **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Belém; 2014.

_____ : **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Belém; 2016.

Cadernos de debates **Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos/ AlfredoWagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edição, 2010.**

CARTILHA DO PRONAF, In: **Banco central do Brasil**, http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp, acessado em: 2/2017

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito** – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus. Ouro sobre Azul, 11ªed, Rio de Janeiro 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**, Petrópolis, RJ: VÓSES, 2005.

CASTRO, Edna. Quilombolas de Bujaru. Memória da escravidão, territorialidade e titulação de terra. Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 2013.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997

COUTO A.; SOUSA R.; MACEDO C. **A fronteira do dendê na Amazônia: o caso do Nordeste paraense**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, MG. Outubro de 2012.

COMIÇÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), **Atlas de Conflitos na Amazônia**. São Paulo: Entremares, 2017. Disponível em: www.cptnacional.org.br/bibliote-virtual. Acessado em 20 de dezembro de 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 2. ed. 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012.

HÉBETE, J; MOREIRA, E.S. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. HÉBETE, J. (ORG). Bélem: ed. UFPA. 2004.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S. A., 1979.

_____ **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S. A., 1979.

INCRA, Panorama Quilombola. Disponível em <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acessado em 6 de julho de 2015.

INSTITUTO DURANGO DUARTE. **Os Acordos de Washington**. Disponível em www.idd.org.br/acervo/os-acordos-de-washington. Acessado em 3 de janeiro de 2018.

MACEDO, C. O. **Agrocombustível e agricultura camponesa no Nordeste paraense: O caso de Nova Esperança. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Uberlândia, MG. Outubro de 2012

_____. **Novos projetos velhas práticas: o impasse entre camponeses e agronegócio do dendê no Pará.** VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriales y Ambientales. São Paulo, setembro de 2014.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo Latino-Americano. In: **Campesinato e território em disputa.** São Paulo: expressão popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989, p. 17-26

MOURA, M. M.. **Camponeses.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2005. P. 63-110 (Coleção Caminhos da geografia).

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** Revista Terra Livre. São Paulo: AGB. Ano 19, v.21, n.21, p. 113-156. jul/dez 2003

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184 p.(http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf)

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papirus, 1998.

NAHUM, j. S. **Um capítulo sobre a questão agrária na Amazônia: Mineração e campesinato no município de Juruti (PA).** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, MG. Outubro de 2012

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNB). **Cartilha do Biodiesel: Novo combustível do Brasil.** Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/matprima1_000g7pcetcc02wx5ok0wtedt32e6jis7.pdf. Acessado em: 21 de abril de 2015.

Pronaf – Disponível em <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/eco-dende-seringueira>, acessado em 2/2017

PRONAFECO dende/seringueiras Disponível em <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/eco-dende-seringueira>. acessado em 2/2017

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas 29).

RESENDO, Daniel. **Vídeo institucional da Biopalma.** Disponível em: www.youtube.com.br Biovale - acessado em 5 de abril de 2015

SANTANA, Rosiete. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará.** Belém: UFPA, 2010 (tese de mestrado)

SANTOS, Tavares dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHMINK, Marianne e WOOD, H. Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia.** Belém: ed.ufpa 2012.

SHANIN, Teodor. **Territórios em disputa e agricultura** In: Campesinato territórios em disputa. Ed. Expressão popular, São Paulo, 2008. p. 23-48

SOUSA, Rafael Benevides de; Cátia Oliveira. **Comunidades camponesas no nordeste paraense: o caso de São Judas e Cravo.** Geografia (Londrina), v.20, n. 2, p. 115 – 128. Maio/Agosto. 2011.

TOLEDO, Francisco Sodero. **Religiosidade popular católica.** In: Nossa Terra, Nossa Gente. Disponível em <http://www.valedoparaiba.com/terragente/artigoshtml>. Acesso em 31 de Março 2014

VALE. **Nossa História 2012.** Disponível em www.vale.com/brasil. Acesso em 3/4/2017

WOORTMANN, Ellen; **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo/Brasília, HUCITEC/UnB, 1993.